



PEDAGOGIA DAS ÁGUAS EM MOVIMENTO:

EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE AMBIENTAL

FASCÍCULO 5

AGROECOLOGIA E AGROECOTURISMO

Experiências do Curso de Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento. Realizado em 2019, no município de Cachoeiras de Macacu – RJ. Formação de Agentes Populares em Saúde Ambiental.

AUTORES: ANDREIA LIVI, DÉBORA MORAES DE OLIVEIRA E MARIA
GABRIELA DANTAS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

Presidente

Nísia Trindade Lima

**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV)**

Diretora

Anamaria D'Andrea Corbo

Vice-Diretoras de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Cristiane Teixeira Sendim

Raquel Barbosa Moratori

Vice-Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Monica Vieira

Vice-Diretora de Ensino e Informação

Ingrid D'avilla Freire Pereira

**Conselho de Política Editorial da EPSJV
(composição em 2021)**

André Vianna Dantas (Coordenador)

Bianca Antunes Cortes

Carla Macedo Martins

Elizabeth Menezes Teixeira Leher

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Helena Maria Scherlowski Leal David

Luiz Mauricio Baldacci

Márcia de Oliveira Teixeira

Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira

CONHEÇA A COLEÇÃO COMPLETA EM:

www.epsjv.fiocruz.br/pedagogia-das-aguas-em-movimento

PEDAGOGIA DAS ÁGUAS EM MOVIMENTO:

EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE AMBIENTAL



AGROECOLOGIA E AGROECOTURISMO

AUTORES: ANDREIA LIVI, DÉBORA MORAES DE OLIVEIRA E
MARIA GABRIELA DANTAS

1ª Edição
Rio de Janeiro – RJ
2021

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO/FIOCRUZ

Copyright © 2021 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz

Catálogo na fonte
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Marluce Antelo CRB-7 5234
Renata Azeredo CRB-7 5207

L785p Livi, Andreia
Pedagogia das águas em movimento: experiência de
educação popular em saúde ambiental: agroecologia e
agroecoturismo / Andreia Livi, Débora Moraes de
Oliveira e Maria Gabriela Dantas. — Rio de Janeiro:
EPSJV, 2021.
19 p. — (Pedagogia das águas em movimento, 5)

ISBN:

1. Educação em Saúde. 2. Saúde Ambiental.
3. Movimento dos Atingidos por Barragens. 4. Crise
Hídrica. 5. Agente Popular em Saúde Ambiental.
I. Oliveira, Débora Moraes de. II. Dantas, Maria
Gabriela. III. Título.

CDD 370.115

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz
Av. Brasil, 4.365
21040-360 - Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3865-9797
www.epsjv.fiocruz.br

Coordenação do Projeto

Alexandre Pessoa Dias
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Cooperação

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Organização

Alexandre Pessoa Dias, Ana Paula Lucas Caetano, Leonardo Bauer Maggi,
Maria Amélia Costa, Silas Borges Evangelista, Tayane Cardoso Diniz

Ilustrações

Raiene D. F. Evangelista, Silas Borges Evangelista e Tayane Cardoso Diniz

Imagens

Todas as fotos não creditadas explicitamente na publicação pertencem ao acervo da EPJV ou ao do MAB

Editoração

José Luiz Fonseca

Revisão e preparação de originais

Gloria Regina Carvalho

Normalização de Referências

Marluce Maciel Gomes Antelo

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Biblioteca Emília Bustamante
Marluce Antelo CRB-7 5234
Renata Azeredo CRB-7 5207

SUMÁRIO

1. OBJETIVO/APRESENTAÇÃO	07
2. ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	08
3. ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NO RIO DE JANEIRO	10
4. REFLEXOS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	11
5. É POSSÍVEL FAZER DIFERENTE? ENTÃO, COMO MUDAR ESSA REALIDADE?	12
5.1. REFORMA AGRÁRIA	13
5.2. AGROECOLOGIA: UMA FORMA DE RESISTÊNCIA	16
6. AGROECOTURISMO: INTEGRAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO TURISMO	17
REFERÊNCIAS.....	19
PARA SABER MAIS	19

1 OBJETIVO

Apresentar breve diagnóstico da questão agrária no Brasil e no Rio de Janeiro; propor outras práticas na produção de alimentos saudáveis, com integração social e conservação ambiental.

APRESENTAÇÃO

O uso da terra e formas convencionais e alternativas de produção são abordadas a partir da questão agrária no Brasil, com um olhar especial para o Rio de Janeiro e sua influência na organização de espaços urbanos. Destacam-se possibilidades e formas de se ter uma produção agroecológica e ações de integração do campo e da cidade para benefício do conjunto da população.

2 ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil foi colônia de Portugal. Os portugueses, ‘donos’ das terras, dividiram-na em 14 capitâneas hereditárias, cuja posse e gestão eram doadas a pessoas de confiança da Coroa Portuguesa. Essas tinham o direito de fundar povoados, cobrar impostos, defender o território, escravizar nações indígenas e doar frações de terra, chamadas de sesmarias.

A primeira lei de terras no Brasil foi publicada em 1850, que teve objetivo de reforçar os compromissos políticos do Império com as elites aristocráticas e a crescente burguesia nacional em relação ao acesso e à aquisição de terras, promovendo cada vez mais sua concentração.



Resultado desse processo de divisão das terras, são incontáveis os conflitos sociais em torno desse tema; dentre os mais destacados, a luta do povo quilombola, dos povos indígenas e de camponeses pobres, como o Arraial de Canudos (1890) e a revolta da Balaiada (1840). Ao longo do séc. XX, intensificam-se as lutas por terra e surgem os primeiros movimentos populares de caráter nacional, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



3 ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NO RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro passou por diversas transformações em sua organização territorial. Antes do século XX, o espaço era dominado pelo capital agrário e mercantil.

Nesse período, é possível reconhecer, aproximadamente, quatro regiões no estado:



- a região do Vale do Paraíba, dominada pela **oligarquia** cafeeira;
- a região das baixadas, situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, ao norte; dominada pela **oligarquia** canvieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar;
- a região da baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agroexportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza, por meio do controle sobre a vasta área navegável da baía e rios que nesta desembocavam;
- o litoral sul, por não ser reivindicado por nenhuma fração expressiva daqueles que dominavam, mantinha-se como área de 'fronteira' e, como tal, de reprodução do campesinato, dentre eles ex-escravos e imigrantes.

QUÊ?!?!?
OLIGARQUIA?



Oligarquia - poder exercido por um grupo restrito de pessoas, geralmente do mesmo partido, família, classe social dominante etc. Predominantemente, sob o controle político-econômico de um pequeno número de pessoas que se perpetuam no poder

Desde meados do século XX (1901-2000), com a crescente industrialização, o processo de urbanização altera substancialmente a ocupação do território fluminense, acarretando a concentração populacional nas áreas urbanas, especialmente no entorno da capital.



4 REFLEXOS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

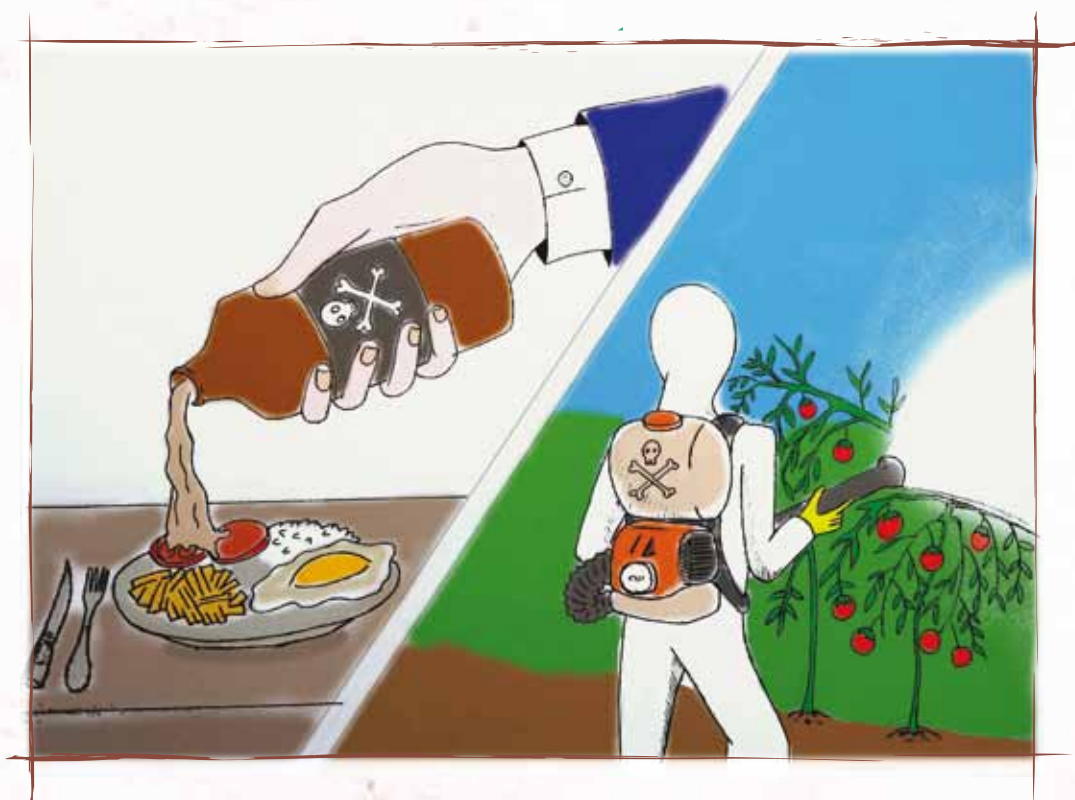
A produção de alimentos em nível mundial passa por profundas transformações desde meados do século XX. O uso intensivo da mecanização dos cultivos, do melhoramento genético de plantas e do uso de fertilizantes e de agrotóxicos contribuiu para que grandes grupos empresariais passassem a controlar a integração de cadeias produtivas e a circulação de mercadorias de origem agrícola em larga escala. Tudo isso ligado a pacotes tecnológicos que incluem grandes máquinas agrícolas, pesquisas científicas e robustos sistemas de transportes.

Esse avanço tecnológico experimentado neste período influenciou diretamente os sistemas produtivos no território fluminense; contudo, sem alterar sua base fundiária concentrada, seja no campo ou na cidade. O extraordinário aumento da produtividade promovida pela mecanização agrícola, o uso de fertilizantes e

agrotóxicos, bem como o emprego de melhoramento genético intensificaram o êxodo rural e o conseqüente inchaço das periferias urbanas, aumentando a pressão sobre o meio ambiente, as estruturas de saneamento básico, moradia, transporte, educação, saúde e sobre a própria segurança alimentar (Figura 1).

Figura 1

Segurança alimentar



5 É POSSÍVEL FAZER DIFERENTE? ENTÃO, COMO MUDAR ESSA REALIDADE?

Observamos que, ao longo da história do Brasil, do Rio de Janeiro e, em especial, do Leste Metropolitano fluminense, a manutenção da concentração fundiária, muitas vezes de forma violenta, tem gerado uma série de impactos negativos ao conjunto da população. Tais fatos acarretam sua exposição ao desemprego e à falta de moradia, obrigando-a muitas vezes a viver num ambiente degradado e poluído, condicionada a consumir alimentos caros e contaminados por agrotóxicos. Precisamos virar essa página ruim de nossa história e construir um futuro que acolha todos nós de forma digna.

5.1 REFORMA AGRÁRIA:

Garantir que trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham acesso à terra é o primeiro passo! No Rio de Janeiro, a fome, a falta de moradia e de emprego são assustadores. Ao mesmo tempo, encontram-se muitas áreas da região metropolitana do estado priorizando criações de gado e cavalo. Atividades que ocupam uma enorme área de terra, mas que poderiam estar voltadas à produção de alimento saudável, gerando emprego e garantindo o direito à moradia, tudo isso fazendo uma ligação com a importante recuperação hídrica da região.

Negar acesso à terra no Brasil, é negar o direito à saúde para uma ampla parcela da população, sabendo-se que mais de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros têm sua origem na agricultura familiar.

A reforma agrária no Rio de Janeiro feita de forma adequada, respeitando-se necessidades sociais, econômicas e ambientais, garantiria a resolução de muitos problemas enfrentados pelo Estado e, certamente, melhoraria muito as condições de vida no campo e na cidade (Figura 2).



SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA!

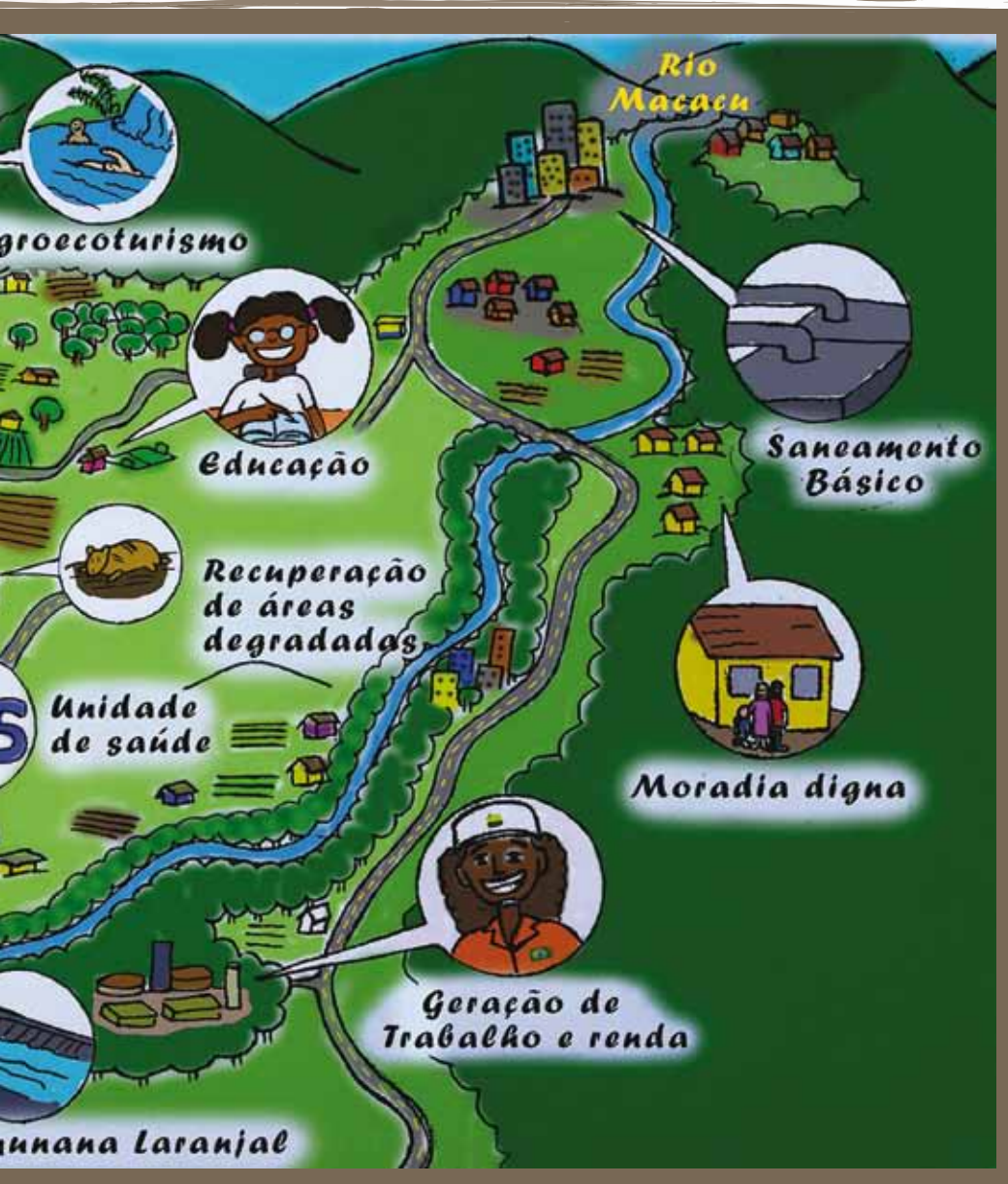
O PROJETO POPULAR PARA



JUVENTUDE QUE OUSA
LUTAR, CONSTRÓI O
PROJETO POPULAR!!!



O VALE DO GUAPI-MACACU



No último trabalho de campo do curso Pedagogia das Águas em Movimento os educandos percorreram várias escolas no município de Cachoeiras de Macacu praticando e ensinando técnicas de agitação e propaganda com a seguinte questão: Qual é a Cachoeiras de Macacu que queremos? Os resultados foram muito bons e pudemos concluir que somente o povo organizado pode propor verdadeiras soluções para os problemas sociais e ambientais que ameaçam os territórios. Esta ilustração tem por objetivo sintetizar os debates, os murais, os desenhos em cartulina e tantas outras formas que foram utilizadas para expressar o sonho do projeto popular.



5.2 AGROECOLOGIA: UMA FORMA DE RESISTÊNCIA

Além do acesso à terra, faz-se necessário universalizar práticas sustentáveis de produção de alimentos, como a agroecologia. Esta maneira de produção de alimentos, que promove o manejo ecológico dos elementos naturais através de ações sociais coletivas, apresenta alternativas à atual crise de modernidade.

A agroecologia trabalha com a agrobiodiversidade, trazendo várias alternativas viáveis à realidade da agricultura familiar.

Segundo Altieri, e Gliessman, a agroecologia é tida como um campo do conhecimento de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

(Ferraz, 2020)



Segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores, a agroecologia deve ser camponesa, e deve ser desenvolvida para as massas e vincular-se substantivamente ao abastecimento popular¹. Além disso, é preciso entender que a agroecologia não é tão somente uma forma de produção agrícola, é “um modo de ser, viver e produzir das comunidades do campo, baseada em modelo produtivo que respeite e se integre ao meio ambiente, e tem na produção de alimentos e no abastecimento popular um de seus objetivos fundantes” (Movimento dos Pequenos Agricultores, 2021).

¹ <https://mpabrasil.org.br/agroecologia/>

Olhando para o estado do Rio de Janeiro, não é difícil enxergar que a alimentação da população não tem sido uma prioridade por parte dos gestores, e o aumento da fome entre os mais pobres do estado deixa isso cada vez mais evidente!

Em um estado que concentra tanta gente em tão pouca terra, é injustificável a produção de alimentos na forma convencional, tal como o agronegócio sugere. É necessário avançar em uma proposta que não seja somente um modelo de produção de mercadorias agrícolas, mas que pense o problema desde sua fonte e que vise resolver o desemprego, a fome, a desigualdade social e a saúde ambiental do estado.

A solução dos problemas ambientais enfrentados pelos municípios do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro passa por promover a agroecologia e o modo camponês de produção nos territórios. Essa forma de organização das comunidades rurais certamente diminuirá a desigualdade social no campo e a fome na cidade, melhorando a preservação ambiental e a oferta hídrica da região.

6 AGROECOTURISMO: INTEGRAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO TURISMO

O turismo pode ser um instrumento de resistência, conservação, sustentabilidade e fonte de renda para muitas famílias. Sendo assim, buscam-se estratégias que possibilitem garantir melhores condições de vida às populações do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro e que viabilizem sua permanência em seus territórios de origem.

O turismo, agregado a aspectos da agroecologia, do Turismo de Base Comunitária, do Ecoturismo, institui uma outra categoria, resultando em um outro segmento desse: o agroecoturismo. Esta ação pode ser aliada dos moradores do Leste Metropolitano e de outras localidades na apropriação coletiva do território. O turismo agroecológico é pensado para trazer, com sua prática, força à luta e à resistência do povo em suas comunidades.

AGROECOTURISMO

Turismo de Base Comunitária – TBC são produtos e serviços ofertados por uma comunidade local, turismo desenvolvido pela comunidade, no qual ela deve se fazer participativa em todos os processos de planejamento e organização.

Agroecologia promove o manejo ecológico dos elementos naturais e alternativos de produção e de consumo de alimentos.

Ecoturismo pressupõe a difusão de princípios relacionados ao alcance da sustentabilidade socioambiental associado ao processo de planejamento participativo, com integração intersetorial e inserção da comunidade local para reconhecer as necessidades de infraestrutura local e qualificação para a gestão sustentável da atividade turística (Brasil, 2010, p. 12). (Adaptado pelo autor)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf . Acesso em: 03 nov. 2020

FERRAZ, José Maria Gusman. *Agroecologia*. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia23/AG01/arvore/AG01_8_299200692526.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). *Agroecologia*. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/agroecologia/>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PARA SABER MAIS

1. FILME

TERRA para Rose. Diretora: Tetê Moraes. Roteiro: Tetê Moraes e José Joffly. 1987. 1 vídeo (83 min), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ZlqjK4K1-0>.

2. LIVROS

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. *Saúde e Sociedade*, São Paulo , v. 20, n. 3, p. 715-729, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 maio 2020.

CAPORAL; Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

LIMA, Filipe A. X.; SOUZA, Gustavo S. C.; MATTOS, Jorge L. S. Turismo rural e agricultura familiar de base agroecológica: uma experiência no município de Abreu e Lima-PE. *Revista Monografias Ambientais*, Santa Maria - RS, v. 10, n. 10, p. 2311-2317, out. /dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/7230/pdf>. Acesso em: 1 maio 2020

ISBN 978-85-5457-013-2



9 788554 570132



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz